



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
CONSELHO DE COORDENAÇÃO



Ata da reunião ordinária do Conselho de Coordenação do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, realizada no vigésimo quinto dia do mês de abril de dois mil e dezenove, na sala da Congregação da Faculdade Nacional de Direito, Centro, às treze horas e trinta minutos, sob a presidência do Decano do CCJE, Prof. Flávio Alves Martins, com a presença dos Conselheiros **Efetivos**: Prof. Carlos Alberto Bolonha (Diretor da FND), Prof. David Kupfer (Diretor do IE), Prof.^a Eliane Ribeiro (Diretora da FACC), Prof. Leonardo Valente (Diretor do IRID), Prof.^a Ana Cristina Reif (IE), Prof.^o Paulo Cesar Lopes (FACC), Técnico-Administrativo Francisco Eduardo Ascenso (COPPEAD) e Aluno Gabriel Guimarães (FND). **Suplentes**: Prof. Edwin Muñoz, em substituição ao Prof. Orlando Alves (IPPUR), Prof.^a Márcia Cristina de Souza, em substituição ao Prof. Carlos Magno (FND) e Prof. Eduardo Raupp, em substituição ao Prof. Peter Wanke (COPPEAD). **Convidados**: Prof. Marilson Santana (representante do CCJE no CEG), Prof. André Bufoni (Coordenador Acadêmico de Pós-Graduação do CCJE e representante do CCJE no CEPG), Prof.^a Sandra Becker (Coordenadora Acadêmica de Extensão e Pesquisa do CCJE), Prof. Luiz Cláudio Gomes (Coordenador Acadêmico de Graduação do CCJE), Técnico-Administrativa Waldelice Souza (Coordenadora de Atividades Culturais do CCJE), Técnico-Administrativa Alessandra Monteiro (Superintendente do CCJE), Técnico-Administrativo Vinícius Fernandes (Coordenador de Comunicação e TI do CCJE) e Prof.^a Daniela Barcellos (Coordenadora de Graduação da FND). O Prof. Carlos Bolonha deu as boas-vindas aos Conselheiros do CCJE à Faculdade Nacional de Direito da UFRJ, especialmente ao Prof. Flávio Martins, ex-Diretor, passando-lhe a palavra. Iniciada a sessão, o Decano agradeceu a recepção oferecida ao Conselho de Coordenação do CCJE pela FND, na pessoa do Prof. Carlos Bolonha, reforçando a importância das reuniões itinerantes para o contato e a integração das Unidades do Centro, e passou aos **INFORMES**, sendo os seguintes do CONSUNI: a) no dia 30 de abril de 2019, às 10h, haverá reunião do Colégio Eleitoral, com os membros do CEG, CEPG, CONSUNI e Conselho de Curadores, para votar e referendar o resultado da pesquisa manifestado pela comunidade acadêmica em primeiro turno; b) o anúncio pelo Magnífico Reitor sobre a discussão que haverá em breve no Plenário do CONSUNI a respeito da representação dos Professores Titulares nas Congregações; c) a menção pela Vice-Reitora de que agendará, para antes do dia 15 de maio, uma reunião na Superintendência do IPHAN para tratar da acessibilidade no Palácio Universitário; d) a ocorrência de eleições para algumas das Câmaras do CONSUNI, indicando sua saída da Comissão de Legislação e Normas e entrada na Câmara de Desenvolvimento (CD), a qual trata do orçamento, e a eleição da Prof.^a Vanessa Berner para a CLN; e) a aprovação de uma Resolução a qual dispõe que os professores que já faziam parte do quadro de efetivos antes de 2014, caso haja algum período em que não houve computação de atividades nas suas progressões anteriores, poderão, em um prazo de 06 (seis) meses, requerer a reapreciação e a readequação ao tempo necessário, e, assim que for publicada, tal Resolução será devidamente divulgada no âmbito do CCJE. O Prof. Marilson Santana trouxe como informe do CEG que os processos de pedidos de professores substitutos do CCJE ainda estão em análise no âmbito daquele Conselho. O Prof. André Bufoni trouxe como informe do CEPG que, em função do adiamento do prazo pela Capes para submissão de cursos novos, os processos de Pós-Graduação de Cursos Stricto Sensu tanto do IPPUR como da FACC, de Administração, poderão ter sua avaliação feita por meio de avaliadores ad hoc; informou que o IPPUR concordou em submeter o processo do seu curso de Pós-Graduação para outra área da Capes, dirimindo o conflito que havia no cadastro de dois cursos dentro de uma mesma área; informou a respeito da existência de uma representação feita no Ministério Público pelo representante dos ex-alunos no CEPG, na



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
CONSELHO DE COORDENAÇÃO



qual busca a invalidação de algumas decisões do CEPG em que participaram professores representantes do CCJE, e que provavelmente teria mais informações sobre os desdobramentos da questão na próxima reunião daquele Conselho. A Prof.^a Sandra Becker relembrou o prazo do dia 13 de maio para cadastro no SIGProj e para entrega na PR-5 dos Projetos de Extensão, devendo, portanto, serem encaminhados à Decania até o dia 9 de maio, para análise e aprovação pela Coordenação Acadêmica de Extensão e Pesquisa. A Prof.^a Sandra informou também que está ainda aguardando maiores informações pela PR-5 sobre o evento “Conhecendo a UFRJ”, a fim de repassá-las às Unidades. A Superintendente do CCJE, Alessandra Monteiro, informou sobre a reunião conjunta dos servidores do CCJE e do CFCH com as PR-3 e PR-6, que ocorrerá dia 29 de maio, às 14 horas, no Auditório do CFCH, para tratar do Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC), na qual haverá um simulação da implementação do planejamento para 2020, demonstrando aos servidores como inserir os dados no sistema; a Superintendente solicita que os Diretores de Unidade estendam o convite aos seus servidores que atuam na área de compras. A Coordenadora de Atividades Culturais do CCJE, Waldelice Souza, informou que: a) ocorreu no dia 16 de abril o Primeiro Parangolé da Cultura, sendo considerado proveitoso, mas espera que as próximas edições consigam envolver ainda mais todas as Unidades do CCJE, a fim aprimorar o debate que a Coordenação vem desenvolvendo na organização de atividades culturais dentro da Universidade; b) no dia 16 de maio ocorrerá o Segundo Parangolé da Cultura, que abordará a Permanência Estudantil e as Atividades Culturais na Universidade, e contará com as presenças de Prof. Antônio José de Oliveira (docente do curso de Biblioteconomia/FACC), Patrícia Dorneles (Superintendente de Difusão Cultural do FCC), Candé Costa (estudante do Alojamento) e Lena Martins (artista plástica e artesã), a qual dará uma oficina de construção de bonecos, com a previsão de inscrições antecipadas para a oficina; c) o CCJE está em contato com a Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro e com o Museu do Ingá na tentativa de trazer peças de obras de arte do Acervo BANERJ para exposição no Palácio Universitário, e a primeira exposição traria a peça “Embarcações de Índio”, possuindo 18 metros quadrados, sendo disponibilizada pela Secretaria uma imagem da referida peça. O Prof. Flávio Martins deu mais alguns informes: a) a Resolução aprovada na última reunião extraordinária, que trata da distribuição de pontos pelos grupos para avaliação de estágio probatório docente, será publicada no BUFRJ do dia 02 de maio; b) serão agendas visitas às Unidades do CCJE para prestação de contas da gestão da Decania, por meio da realização de Audiências Públicas, sendo, provavelmente, uma delas na FND, outra na Faculdade de Letras e uma no campus da Praia Vermelha; em breve os locais e datas serão confirmados; c) o CCJE está em contato com a Decania do CCMN, solicitando duas salas, sendo uma delas a ser cedida para utilização pelo único período do curso de graduação em Defesa e Gestão Estratégica Internacional que está atualmente isolado na Faculdade de Letras, e a segunda sala a ser destinada para apoio acadêmico e técnico do Curso; d) o CCJE esteve em contato com a Decana do CLA, Prof.^a Cristina Tranjan, e com a Diretora da Faculdade de Letras, Prof.^a Sonia Reis, para apresentar demandas da FACC, em relação os cursos de Biblioteconomia e Ciências Contábeis que funcionam no prédio da Letras. Concluídos os informes, procedeu-se à aprovação da Ata da reunião ordinária de 28/03 e da Ata da reunião extraordinária de 11/04, ambas **APROVADAS** por unanimidade. Antes de dar início à Ordem do Dia, o Prof. Flávio Martins esclareceu que haveria, primeiramente, como vem sendo feito nas reuniões itinerantes, uma breve apresentação pela Direção da Unidade anfitriã, no caso a FND. O Decano agradeceu a presença dos professores FND e passou a palavra ao Diretor da Unidade, Prof. Carlos Bolonha.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
CONSELHO DE COORDENAÇÃO**



O Prof. Bolonha iniciou saudando a Reitora eleita e pontuando que a exposição traria o caráter histórico da FND e alguns pontos relevantes da atual gestão. Destacou que o próprio prédio da FND é histórico, tendo um papel jurídico e político na história brasileira, sendo uma das unidades mais antigas da UFRJ, onde funcionou o Senado Brasileiro de 1826 a 1924. Faz, assim, um apelo pela necessidade de restauração do prédio, dado o seu valor histórico, não obstante, destaca os esforços empreendidos pela Prof.^a Kone Cesário, Vice-Diretora da FND, para angariar recursos externos, a fim de garantir o mínimo de manutenção da sede. O curso de graduação em Direito da UFRJ concede o maior número de vagas dentre as universidades públicas do Estado Rio de Janeiro, sendo 510 vagas por ano, funcionando nos períodos matutino, vespertino e noturno; dessas vagas, 180 são destinadas ao turno integral e 75 ao noturno. O professor menciona que a FND obteve conceito 5 da Capes em seu Programa de Pós-Graduação e que a Faculdade ocupou o 3^a lugar no ranking universitário da Folha de São Paulo em 2018. Menciona que o curso de Direito obtém há vários anos nota 5 no Guia do Estudante e o Selo da OAB desde 2016 até o presente ano, reconhecendo o papel da gestão do Prof. Flávio Martins para alcançar tais resultados. Pontua que a Pós-Graduação da Casa tem sido a grande vitrine do trabalho da atual gestão, apresentando a Prof.^a Lilian Emerique, Coordenadora do Programa, e saudando, *in memoriam*, a Prof.^a Cecília Lois. O Programa apresenta cursos de Mestrado e de Doutorado, o qual formará a primeira turma este ano, e apresenta concentração em Teorias Jurídicas Contemporâneas, possuindo três linhas de pesquisa: Direitos Humanos, Sociedade e Arte, Teorias da Decisão e Justiça e Democracia, Instituições e Teoria das Instituições. Sobre o Programa, informa que atualmente possui 133 alunos e oferece 12 vagas de Doutorado e 30 de Mestrado a cada ano, em média; possui 25 professores, 1 visitante e 2 técnico-administrativos, uma Revista e aderiu ao Programa de Qualificação Institucional (PQI/UFRJ) em 2017, o que tem sido, segundo o professor, um diferencial tanto para os técnicos e professores quanto para a Universidade. O professor relatou que a FND está em processo de implementação de Mestrado Interinstitucional (Minter) e Doutorado Interinstitucional (Dinter) e que não possui curso de pós-graduação *lato sensu*, por enquanto. O Prof. Bolonha passou a uma exposição “FND em números”: a Unidade possui 2.600 matrículas de graduação ativas, sendo o perfil de 50% dos alunos composto por cotistas; 45 alunos cotistas com deficiência, pontuando aqui as dificuldades enfrentadas pela gestão na recepção de pessoas com deficiência, mas enfatizando que esforços vêm sendo feitos, como a atuação da Prof. Daniela Barcelos, representante da unidade junto à Diretoria de Acessibilidade da UFRJ (DIRAC), para prover a devida dignidade a todos; 32 grupos de pesquisa registrados atualmente na Coordenação de Pesquisa; 96 trabalhos de iniciação científica na SIAC/2018, ressaltando o interesse que os alunos da Casa apresentam pela pesquisa e extensão e o trabalho da Coordenação de Graduação, na pessoa das professoras Márcia Xavier e Daniela Barcelos, incentivando a produção nas duas áreas; 26 bolsas de iniciação científica PIBIC/UFRJ; 15 projetos de extensão ativos; 64 disciplinas obrigatórias, com 252 turmas atualmente; 99 disciplinas em 2019.1; 76 professores efetivos doutores, 17 efetivos mestres e 37 substitutos; 64 servidores técnico-administrativos, sendo que 5 estão em licença capacitação, apresentando nesse ponto outra dificuldade enfrentada pela Faculdade, em relação à não existência de uma política para substituição dos servidores que se encontram licenciados; 56 mil volumes na Biblioteca Carvalho Mendonça; 9 Coordenações e abertura do prédio das 6h às 23h, com expediente administrativo das 8h às 20h, funcionando em três turnos, como mencionado. O Prof. Bolonha exibiu o organograma da Faculdade, no qual se observa as Coordenações vinculadas à Direção, além do SCRID e o próprio Gabinete. Apresentou as



principais ações desenvolvidas pela atual gestão, tais como: aquisição de novos computadores e impressora por meio de doações; instalação de rede de wi-fi em toda a FND, agradecendo aqui o apoio, em especial, do CCJE; pintura externa, sendo um trabalho também em conjunto com o CCJE; subestação elétrica, graças a recursos do MPT; instalação de secadores de mão elétricos, substituindo o elevado gasto com papel; substituição de todas as lâmpadas pelas de LED, a partir de doação da Receita Federal; aquisição de impressora braille (recurso MPT); instalação de teclados de baixa visão no Laboratório de Informática; bebedouros acessíveis; notebooks com *softwares* de tecnologia assistiva; organização de eventos sobre acessibilidade. O professor elencou projetos a serem desenvolvidos futuramente, como: implementação de etapas do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), destacando que a FND foi uma das unidade que se adiantou nesse projeto, buscando informações junto à DGDI, e aqui a Prof.^a Kone destaca que a Faculdade será a primeira unidade a implementar a emissão de diploma pelo SEI, sendo fornecido treinamento pela DIA/PR-1; melhorias no atendimento da TIC, fazendo menção ao trabalho positivo que já vem sendo desenvolvido pelos técnicos; em relação ao NPJ, busca-se aperfeiçoar projetos de extensão e informatizar todo o Núcleo; implementação de um sistema de aplicativo para facilitar a comunicação interna; lançamento do novo *website* da FND; instalação de painéis informativos em cada um dos andares, para fornecer melhores informações à comunidade acadêmica; instalação de estrutura para videoconferência no Auditório Valladão; implementação de projetos de segurança e de prevenção a incêndios, nesse ponto o professor menciona que a preocupação com a segurança é uma grande questão para a Faculdade, em virtude do livre acesso; restauração do prédio e instalação de câmeras de segurança; implementação de projeto de acessibilidade predial, que já está em andamento. Nas considerações finais, o Prof. Bolonha exibiu imagens da FND, como a Aula Magna com a presença no Ministro Ricardo Lewandowski; o Dia da Acessibilidade, com a presença do primeiro magistrado cego do Brasil, Dr. Ricardo Tadeu da Fonseca; festa de final de ano; aula prática no Laboratório de Informática; entre outras imagens de obras realizadas na Faculdade. O Decano agradeceu ao Prof. Bolonha e à Prof.^a Kone pela apresentação, ressaltando a importância dos encontros para as Unidades se conhecerem melhor. Passando-se à **ORDEM DO DIA**, foi feita a alteração de pauta, retirando-se o item 6 – Orçamento Participativo CCJE/2019, em função da ausência, por motivos de saúde, do Prof. Helios Malebranche, e o item será pautado na próxima reunião. Foi solicitada pela Direção da FACC a inclusão da Homologação da retificação do pedido de professor substituto, no âmbito do Departamento de Administração, sendo **APROVADA** a inclusão. **1) Visita da Reitoria vencedora da pesquisa.** A Prof.^a Denise Pires inicia sua fala agradecendo ao Prof. Flávio e ao Prof. Bolonha por acolherem a chapa vencedora na presente reunião, e pontua que não se trata de uma quebra de protocolo, pois eles ainda não estão eleitos pelo Colégio Eleitoral, tampouco nomeados pela Presidência da República, mas menciona que a chapa está visitando o maior número de Conselhos de Coordenação possível com o intuito de prestar agradecimento pela mobilização que a eleição, de modo geral, causou na comunidade acadêmica. Segundo a professora, a mobilização evidencia que a UFRJ possui um corpo social capaz de trabalhar de forma unida, embora existam divergências, e essas mesmas divergências devem fazer com que avancemos, pois acredita que crescemos nas divergências. Para Prof.^a Denise, a mobilização contribui para mostrar para a sociedade brasileira que as universidades cumprem um papel social relevante e estão fortalecidas. O segundo intuito da visita mencionado pela professora consiste em fazer um chamamento, a partir do momento em que a chapa for nomeada, e, portanto, em que assumirá a administração da Universidade, para que estejamos todos juntos, independentemente



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
CONSELHO DE COORDENAÇÃO**



da chapa em que cada um votou. A professora manifesta o desejo da chapa de que o CONSUNI e todos os demais Órgãos Colegiados continuem discutindo questões relevantes para avanço da Universidade. A Prof.^a Denise manifesta que tanto ela quanto o Prof. Carlos Frederico lidam bem com o contraditório, e por isso esperam que no CONSUNI se possa tratar de questões importantes, como acessibilidade, que deve ser discutida seriamente pela Universidade, como, por exemplo, a necessidade de se ter intérprete de libras em sala de aula. No tocante à acessibilidade, menciona também a necessidade de avanço sob o aspecto da estrutura física, citando o Palácio Universitário como exemplo prédio não acessível. A professora diz que o tema da acessibilidade a afeta bastante e que já possui acesso a arquivos com os números de alunos deficientes por curso, pontuando que de fato a FND é uma das Unidades que apresenta o número mais alto. Reforça, portanto, que a questão precisa ser seriamente debatida no CEG, no CEPG, no futuro Conselho de Extensão e no CONSUNI. A Prof.^a Denise afirma que a chapa pretende fortalecer os Conselhos Superiores, na medida em que estes serão pautados, sobretudo, por questões que afligem a comunidade acadêmica na base. Afirma também que a chapa pretende estar mais presente nos Conselhos de Coordenação dos Centros, nas Unidades isoladas nos diferentes *campi* da Universidade, pois acredita que quanto mais feedback tiver das Unidades, mais fortalecidos estarão para seguir em frente, esperando que haja comunicação constante entre a comunidade acadêmica e a Reitoria. A Prof.^a Denise encerrou sua fala, agradecendo pelo acolhimento e passando a palavra ao Prof. Carlos Frederico, que reiterou os agradecimentos da Prof.^a Denise, pelo comparecimento às urnas e pela excelente votação que eles obtiveram no CCJE. O professor menciona que espera que, passada a campanha, todos possam trabalhar juntos, tanto os que votaram neles, quanto os que não votaram, sem abrir mão da divergência, pois a chapa entende que a diversidade é positiva. Ele ressalta que, caso venham a ser nomeados, no primeiro CONSUNI, apresentarão as principais propostas que deverão levar pelos próximos quatro anos, pois se propuseram a fazer alterações profundas na maneira pela qual a Universidade vem sendo gerida nos últimos anos. O professor encerrou sua fala agradecendo novamente. Após as falas, o Prof. Flávio Martins informou a todos os Conselheiros que, decorrente de reuniões feitas com todas as Direções de Unidades do CCJE, foi elaborada uma carta de compromisso apresentada às três candidaturas quando da visita à Praia Vermelha, no mês de março. O Decano pontuou que da Chapa 20 não obtiveram resposta sobre a carta; da Chapa 40 receberam resposta com concordâncias e discordâncias dos pontos apresentados; e da Chapa 10 obtiveram resposta com concordância integral, o que oferece uma segurança a médio e longo prazo para os projetos do CCJE. O professor agradeceu as palavras da Prof.^a Denise e do Prof. Carlos Frederico, e este complementou sua fala solicitando que, em função da reunião do Colégio Eleitoral no dia 30 de abril, os Centros conversem com seus representantes, pois é fundamental a presença na referida reunião, para dar continuidade ao processo que foi iniciado com a consulta. O Prof. Flávio Martins ratifica a importância da presença de todos, inclusive para efeito de quórum de 70% de docentes presentes. O Decano faz ainda a menção de que espera que a futura gestão discuta com os Centros e com as Unidades as suas futuras ações, sempre que estas impactarem diretamente as Unidades, para que não aconteçam situações como a que ocorreu em uma reunião, inclusive com a presença do Prof. David Kupfer, na qual foram informados, surpreendentemente, a respeito de um pacote de reformas da ala central do Palácio Universitário, em que eram retirados do Palácio a Biblioteca Eugênio Gudim, o Instituto de Economia, o CFCH e outros, sem nunca ter havido qualquer consulta, o que surpreendeu até mesmo vários dirigentes da Administração Central. Assim, o professor manifesta esperar que



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
CONSELHO DE COORDENAÇÃO



projetos que impactem nas Unidades e nas Decanias sejam discutidos publicamente, com bastante cautela antes de seus anúncios. A Prof.^a Kone Cesário se manifestou em relação à fala da Prof.^a Denise no tocante à questão da acessibilidade, a qual ela vem tentando desenvolver cada vez mais no âmbito da FND, criticando a falta da estrutura da Universidade para acolher os alunos deficientes. A Prof.^a Kone destacou a importância das cotas, mas repreende a forma como se deu a sua implementação, sem a devida infraestrutura, como, por exemplo, na FND, onde houve dificuldades até mesmo em prover em pleno funcionamento dos elevadores para atender ao público com deficiência. **2) Proc. nº 23079.030981/2018-49.** Interessado: Synval de Sant'anna Reis Neto (FACC). Assunto: Criação de Curso MBA em Mercado de Capitais. Após o cumprimento das exigências, o parecer do relator, Prof. André Bufoni, foi favorável. **APROVADO** por unanimidade. **3) Proc. nº 23079.054286/2018-72.** Interessado: Instituto de Economia. Assunto: Acordo de Cooperação Técnica com o INPI. O parecer do relator, Prof. Antonio Licha, foi favorável. **APROVADO** por unanimidade. **4) Proc. nº 23079.011379/2019-93.** Interessado: Instituto de Economia. Assunto: Acordo de Mobilidade Acadêmica entre a Universidad Pontificia COMILLAS e a UFRJ. O parecer do relator, Prof. Antonio Licha, foi favorável. **APROVADO** por unanimidade. **5) Homologação de Projetos de Extensão: a) Proc. nº 23079.061890/2018-55.** Interessado: Sidney Cesar Silva Guerra (FND). Título: “Migração e Refugiados: uma discussão à luz do Direito Internacional e reflexos para a ordem interna brasileira”; **b) Proc. nº 23079.061893/2018-99.** Interessado: Sidney Cesar Silva Guerra (FND). Título: “Meio Ambiente e Política Nacional de Resíduos: Uma contribuição para a garantia do desenvolvimento sustentável”. O parecer favorável da Coordenadora Acadêmica de Extensão e Pesquisa, Prof.^a Sandra Becker, foi favorável. **APROVADOS** por unanimidade. **6) Homologação da retificação do pedido de professor substituto no âmbito do Departamento de Administração/FACC para encaminhamento ao CEG.** Proc. nº 23079.014113/2019-01. Em votação, o processo foi **APROVADO** por unanimidade e será encaminhado à Câmara Docente do CEG para apreciação. **7) Regulamentação de festas.** O Prof. Flávio Martins esclareceu que a apreciação do tema pelo Conselho se deve aos constantes relatos levados ao CSCE sobre abusos que ocorrem em festas, prejudicando as atividades acadêmicas. Por isso, a Reitoria entendeu que antes de definir qualquer regulamentação sobre o tema, faz-se necessário ouvir os Centros. O CCJE, bem como outros Centros, então, deveria apresentar propostas em relação às duas normas que regulamentam a questão, que são a Resolução nº 01/2016 do CSCE e a Portaria nº 2510/1999, do então Reitor José Henrique Vilhena de Paiva. O Conselheiro Gabriel Guimarães pede esclarecimentos sobre a vigência das normas e aponta que deveria se tentar construir uma nova discussão sobre o tema, enfatizando a deliberação de medidas para dirimir conflitos e estabelecendo parâmetros de ação. O Conselheiro Gabriel cita a proibição de bebidas alcoólicas de qualquer natureza nos *campi* determinada pela Portaria como uma medida que não encontra amparo na realidade e, por isso, a atual discussão deve propor soluções práticas coadunadas com a realidade. O Prof. Luiz Cláudio Gomes criticou a forma como a Reitoria encaminhou o tema ao longo dos anos, como a regulamentação genérica apresentada pela Resolução de 2016, cuja validade é de apenas 06 meses. Dada a complexidade da matéria, gerando posições antagônicas entre os segmentos da comunidade acadêmica, o professor aponta também que é necessário que o próprio CONSUNI se debruce sobre o tema. O professor menciona que o Conselho deve encaminhar alguma proposta estabelecendo pontos mínimos de consenso, a ser deliberada pelo CONSUNI. A Prof.^a Eliane Ribeiro pontua que uma das principais questões a ser levada em conta é a da localização, apontando que a lógica de



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
CONSELHO DE COORDENAÇÃO



funcionamento da Praia Vermelha não comporta festas, sendo as atividades acadêmicas, como as aulas, extremamente comprometidas, por isso, deve ser o grande ponto a ser debatido, para além da alternativa de proibição das festas. O Prof. David Kupfer, particularmente, entende que não há um problema regulatório que deva mobilizar o CONSUNI. O professor apresenta seus cumprimentos ao Decano pela iniciativa de trazer à luz a presente discussão, pois acredita que assim, por meio do debate, a racionalidade irá prevalecer. Para o Prof. David o grande problema é de local, devendo-se definir o que é ou não é possível realizar a depender do local, bem como a limitação de pessoas em determinados espaços. O professor cita as festas realizadas na sede do DCE, apontando não ser o local adequado para realização de eventos de grande porte, por sua posição dentro do campus da Praia Vermelha, bem como por possuir infraestrutura insuficiente. Para o Prof. David, as festas do DCE desrespeitam a Universidade. O Prof. Flávio Martins esclarece que há uma lei federal que proíbe a comercialização de bebidas alcoólicas dentro das Instituições Federais de Ensino, independentemente de qualquer norma interna da Universidade. O Decano pontua também que a Portaria de 1999 não foi revogada, estando em vigor, portanto; já a Resolução caducou, posto que não houve renovação. O professor aponta também que, conforme a Resolução, a autoridade competente para autorizar festas é a Prefeitura Universitária, a qual está atrelada a DISEG. A respeito da proposta suscitada no âmbito do CSCE em relação à proibição de bebida alcoólicas na Universidade, o Prof. Flávio se mostrou contrário, considerando que a proibição total restringiria o consumo não só nas festas estudantis, como também em eventos de outras naturezas e demais solenidades. O Decano salienta, contudo, que alguns parâmetros precisam ser estabelecidos e que estes sejam efetivamente cumpridos. O Conselheiro Gabriel enfatizou a importância de definição de local para a realização de festas e que o CONSUNI seria a instância apropriada para regulamentar a questão. O Prof. Paulo César Pereira apontou que as principais dimensões a serem delimitadas numa proposta de regulamentação devem ser o local, o horário, o tamanho e a responsabilidade, considerando esta a mais importante, pois em última instância, as autoridades da Universidade serão instadas a prestarem esclarecimentos caso ocorra algum dano. A servidora Waldelice Souza pontuou que, mais do que regulamentações e proibições, para ela, faz-se necessário a instituição de políticas universitárias voltadas para tais atividades. O Prof. Luiz Cláudio reforça a necessidade de se estabelecer parâmetros mínimos, nos moldes daqueles apontados pelo Prof. Paulo César. O Prof. David Kupfer apresentou a proposta de que a Resolução nº 01/2016 do CSCE, cuja validade expirou, seja renovada, com a republicação do seu texto na íntegra, para que haja tempo de promover as devidas discussões aprofundadas para futura regulamentação. Em votação, a proposta em foi **APROVADA** por maioria, com duas abstenções. O Decano submeteu a proposta de que os Conselheiros apresentem suas considerações aos textos da Resolução e da Portaria, por escrito, até o dia 17 de maio, para embasar formulações de propostas do Centro, as quais serão pautadas na reunião de maio e encaminhadas ao CSCE. Em votação, a proposta foi **APROVADA** por unanimidade. **8) Criação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/CCJE).** O Prof. André Bufoni menciona que a criação do Comitê foi um dos compromissos de campanha da atual gestão da Decania e tem por base a Resolução nº 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), a qual diz que toda pesquisa feita com seres humanos deve ser submetida ao Comitê de Ética, o que foi estendido para as Ciências Humanas e Sociais, cuja regulamentação se deu pela Resolução CNS nº 510/2016, dispondo, entre outras coisas, sobre os tipos de pesquisas que devem ser registrados no CEP. O Prof. André menciona que o CEP já existe no âmbito do CFCH desde 2012 e que 5 processos do CCJE foram submetidos ao Comitê daquele



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
CONSELHO DE COORDENAÇÃO**



Centro. O professor diz que esteve em contato com o CEP do CFCH para se inteirar do seu funcionamento, dado que isso envolve o planejamento de uma certa estrutura de material e de pessoal; e que a necessidade de cumprimento de certos requisitos mínimos para implementação e desenvolvimento das atividades do CEP, bem como a averiguação se haveria a demanda mínima de projetos para o funcionamento do CEP/CCJE, ensejou a presente discussão inicial no âmbito do Conselho de Coordenação. O Decano pontua ser importante que a Coordenação de Pós-Graduação do CCJE entre em contato com as Coordenações dos Programas de Pós-Graduação do Centro a fim de verificar a perspectiva deles em relação à viabilidade de cumprimento do requisito do mínimo de projetos que devem ser submetidos ao CEP no período de 1 ano. O Prof. Flávio diz que, após as discussões iniciais, o Conselho deve aprovar o regimento que disciplinará o CEP/CCJE, com base nas normas federais existentes. A Prof.^a Sandra Becker faz a ressalva de que não apenas trabalhos de Pós-Graduação podem ser submetidos ao CEP, mas também Trabalhos de Conclusão de Curso, por exemplo. O Prof. Flávio mencionou ser relevante que a Coordenação de Pós-Graduação do CCJE faça um levantamento junto à PR-2 sobre quais são os Comitês existentes no âmbito da UFRJ. Nada mais havendo a tratar, o Decano agradeceu a presença de todas e todos e deu por encerrada a sessão. E para constar, eu, Thais de Souza Andrade, lavrei a presente ata que segue por mim assinada e pelo Decano do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da UFRJ, Prof. Flávio Alves Martins. Rio de Janeiro, 25 de abril de 2019.

Thais de Souza Andrade
Substituta eventual da Chefe de Gabinete da
Decania do CCJE
SIAPE: 1651340

Flávio Alves Martins
Decano do CCJE
SIAPE: 2174912